



d) registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados por este Termo de Execução Descentralizada;

e) manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão SPM, relativa ao exercício da concessão;

f) promover as licitações que forem necessárias para a aquisição de materiais ou insumos a serem utilizados na execução do objeto avençado, de acordo com a legislação específica;

g) garantir a conclusão do objeto deste Termo de Cooperação no prazo assinalado;

h) permitir a SPM/PR o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto;

i) assumir todas as obrigações decorrentes de contratações necessárias à consecução do objeto;

j) manter a SPM/PR informada sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação;

k) aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação;

l) os créditos da SPM/PR serão efetuados sob forma textual, nos elementos documentais da publicação, como *Apresentação*, *Introdução* ou *Quarta Capa* e com a aplicação da(s) logomarca(s), de modo alinhado na primeira capa com a logomarca da UFMG;

m) na segunda capa da publicação, quando houver, devem constar as autoridades da SPM/PR;

n) na Equipe Técnica, no fim da publicação, devem constar os nomes dos técnicos envolvidos na produção dos resultados gerados a partir deste Termo de Execução Descentralizada

II - DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES/PR

a) transferir os recursos orçamentários e financeiros para execução do objeto avençado, na forma do Cronograma de Desembolso aprovado no Plano de Trabalho, observada a sua disponibilidade financeira, sendo R\$ 732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil reais) no orçamento dos exercícios de 2014 conforme abaixo especificado:

Fonte	Programa de Trabalho	Valor (R\$)	Ano
0100	1442220168843	710.000,00 22.000,00	2014
0100	Valor Total	732.000,00	

b) acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução do objeto desta Portaria, diretamente ou através de seus órgãos e entidades;

c) analisar e aprovar os relatórios dos recursos repassados;

d) aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução desta portaria; e

e) indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução dos recursos repassados por meio desta Portaria, que emitirá parecer conclusivo a respeito da conclusão do objeto pactuado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELEONORA MENICUCCI

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES
ADMINISTRATIVAS REGIONAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de julho de 2014

Processo: 50306.000219/2014-56
Nº 43 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Agência, considerando análise dos fatos apurados em decorrência do contido no Processo Administrativo Sancionador nº 50306.000219/2014-56, bem como das alegações trazidas pela empresa em sede de RECURSO, devidamente sopesadas no Despacho nº 43/2014-SFC, decide:

I - Por não conhecer o recurso impetrado pela empresa O. G. DE MAGALHÃES NAVEGAÇÃO EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.123.572/0001-23, por ser intempestivo, mantendo-se a penalidade

de MULTA pecuniária no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo cometimento da infração prevista no artigo 20, inciso XXXIX da Resolução nº 912-ANTAQ, tendo em vista a confirmação da materialidade das infrações imputadas à empresa.

II - Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL
DE MANAUS

DESPACHO DO CHEFE
Em 15 de julho de 2014

Processo nº 50306.000525/2014-92
Nº 23 - A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE MANAUS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos presentes no Auto de Infração nº 000771-4, lavrado em 06 de maio de 2014, apurado nos autos do Processo de Fiscalização nº 50306.000525/2014-92, decide pelo arquivamento, sem aplicação de penalidade, por entender que a EMPRESA ITACAL - ITACOATIA-RA CALCÁRIOS LTDA., CNPJ nº 03.160.993/0001-57, exploradora da ETC ITACAL, não cometeu as infrações previstas nos incisos XVIII e XXI, do artigo 32, da Resolução nº 3274/2014-ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

DANIELLE FELIPE DE CARVALHO

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 183, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Revoga a Portaria SAC-PR nº 110, de 8 de julho de 2013, e aprova o Plano Geral de Outorgas para a exploração de aeródromos civis públicos.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, o art. 24-D da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, na Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, no Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, no Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011, e no Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SAC-PR nº 110, de 8 de julho de 2013.

Art. 2º Aprovar, na forma do Anexo a esta Portaria, o Plano Geral de Outorgas - PGO para exploração de aeródromos civis públicos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO

PLANO GERAL DE OUTORGAS

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Plano Geral de Outorgas - PGO estabelece diretrizes e modelos para a exploração de aeródromos civis públicos em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil - PNAC.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, a exploração de aeródromos engloba a construção, implantação, ampliação, reforma, administração, operação, manutenção e exploração econômica do aeródromo.

Capítulo II
DAS POLÍTICAS E DAS DIRETRIZES

Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para execução da PNAC:

I - estímulo ao uso do transporte aéreo e ao desenvolvimento da aviação civil;

II - estímulo à integração nacional e internacional, com a expansão dos serviços de transporte aéreo doméstico e internacional, aumento do número de localidades atendidas, desenvolvimento das ligações de baixa e média densidade de tráfego e alcance a regiões de difícil acesso;

III - incentivo aos investimentos públicos e privados na aviação civil brasileira, pautados pela segurança jurídica nas relações contratuais;

IV - estímulo à eficiência nas operações da aviação civil e na gestão da infraestrutura aeroportuária; e

V - estímulo à concorrência.

Capítulo III
DOS MODELOS DE EXPLORAÇÃO

Seção I
Das modalidades de exploração

Art. 3º Os aeródromos civis públicos serão explorados por meio:

I - da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, ou suas subsidiárias;

II - de concessão;

III - de autorização;

IV - do Comando da Aeronáutica - Comaer;

V - de delegação a Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Seção II
Dos aeródromos explorados pela União

Subseção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 4º Serão explorados pela União, nos termos dos incisos I a IV do art. 3º:

I - o aeródromo de maior movimentação de passageiros em cada Estado ou no Distrito Federal;

II - aeródromos passíveis de exploração por meio de autorização, nos termos da legislação em vigor; e/ou

III - aeródromos considerados estratégicos pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR, observados critérios de localização geográfica, características socioeconômicas, acessibilidade, potencial turístico, capacidade operacional, potencial de crescimento e volume movimentado de aeronaves, passageiros ou carga, de prevalência do uso militar ou de razões estratégicas para a segurança ou defesa nacionais.

Parágrafo único. A exploração dos aeródromos estratégicos nos termos do inciso III poderá ser delegada, mediante convênio, a Estados, Distrito Federal e Município, observado o disposto no art. 11.

Subseção II
Dos aeródromos explorados pela Infraero

Art. 5º A SAC-PR atribuirá à Infraero a exploração dos aeródromos previstos no art. 4º, exceto aqueles que sejam explorados pelo Comaer, por concessão ou por autorização.

Parágrafo único. As novas atribuições à Infraero serão precedidas de avaliação econômico-financeira do aeródromo a ser assumido.

Subseção III
Dos aeródromos explorados pelo Comaer

Art. 6º O Comaer poderá solicitar à SAC-PR a exploração de aeródromos civis públicos nos quais prevaleça o uso militar ou por razões estratégicas para a segurança ou defesa nacionais.

Subseção IV
Dos aeródromos explorados por meio de concessão

Art. 7º Para conceder a exploração de aeródromos a SAC-PR considerará:

I - a relevância do movimento atual ou projetado de passageiros, carga e aeronaves;

II - as restrições e o nível de saturação da infraestrutura aeroportuária;

III - a necessidade e a premência de obras e investimentos relevantes;

IV - a necessidade e a premência de melhorias relevantes de gestão e de ganhos de eficiência operacional;

V - o comprometimento na qualidade dos serviços prestados;

VI - a concorrência entre aeródromos, com efeitos positivos sobre os incentivos à eficiência do sistema e sobre os usuários;

VII - os resultados econômico-financeiros decorrentes da exploração do aeródromo, promovendo a redução de déficits ou o incremento de superávits, sem comprometimento dos investimentos necessários ou dos níveis de eficiência, qualidade e segurança dos serviços;

VIII - projetos, estudos, levantamentos ou investigações, elaborados por pessoa física ou jurídica da iniciativa privada; e/ou

IX - a atratividade financeira do projeto e o interesse da iniciativa privada no empreendimento.

Art. 8º O processo de concessão deverá considerar a necessidade de promoção da concorrência entre aeródromos e seus efeitos positivos para a eficiência do sistema e adequação do serviço.

Subseção V

Dos aeródromos explorados por meio de autorização

Art. 9º Os requerimentos para exploração de aeródromos por meio de autorização serão recebidos e apreciados pela SAC-PR, e encaminhados, quando deferidos, à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para fins de emissão dos respectivos Termos de Autorização, nos termos do art. 4º do Decreto nº 7.871, de 2012.

Seção III

Dos aeródromos delegados a Estados, Distrito Federal e Municípios

Art. 10. Serão explorados por Estados, Distrito Federal ou Municípios, mediante convênio de delegação celebrado com SAC-PR, os aeródromos cuja exploração não se enquadre nos critérios estabelecidos no art. 4º, ressalvado o disposto em seu parágrafo único.

§ 1º A exploração de que trata o **caput** está condicionada a prévia e expressa manifestação de interesse do Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 2º Caso haja manifestação de interesse simultânea por parte do Estado e do Município para explorar determinado aeródromo, ao Estado será dada prioridade, sem prejuízo da possibilidade da operação compartilhada mediante cooperação com o Município.

Art. 11. Os aeródromos estratégicos somente poderão ser explorados por Estados, Distrito Federal ou Municípios mediante demonstração de capacidade técnica.

§ 1º A exploração de aeródromos estratégicos somente poderá ser delegada a Municípios que apresentem Produto Interno Bruto - PIB anual superior a 1 (um) bilhão de reais, conforme divulgação mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º Para conformação do disposto no § 1º, poderá ser considerada a soma do PIB anual de municípios vizinhos consorciados, com base na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

§ 3º Para fins da verificação da capacidade técnica de que trata o **caput**, o Estado, Distrito Federal ou Município interessado deverá apresentar à SAC-PR:

I - estrutura institucional designada ao setor aeroportuário compatível com a forma de exploração adotada pelo ente federativo para administrar o(s) aeródromo(s) delegado(s);

II - plano aeroviário estadual em vigor, no caso de Estado ou Distrito Federal; e

III - dotação orçamentária específica, destinada à operação do(s) aeródromo(s) delegado(s), compatível com a forma de exploração pretendida.

§ 4º A operação compartilhada de aeródromos estratégicos, mediante cooperação entre Estado e Município, depende de prévia e expressa anuência da SAC-PR, sendo obrigatório o atendimento pelos participantes ao disposto nos parágrafos anteriores.

Art. 12. Os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão explorar indiretamente a infraestrutura delegada, observadas as condições estabelecidas nos convênios de delegação e no Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011.

§ 1º Os interessados em explorar infraestrutura aeroportuária delegada, mediante concessão, comum ou patrocinada, requererão à SAC-PR a anuência prévia de que trata o § 2º do art. 3º do Decreto nº 7.624, de 2011, e apresentarão, para aprovação, quando do ato de requerimento:

I - estrutura institucional designada para acompanhamento e fiscalização de contratos de concessão;

II - minutas de edital e contrato, contendo, além das cláusulas obrigatórias estipuladas pela legislação em vigor, no mínimo, os seguintes itens:

a) Plano de Exploração Aeroportuária - PEA;

b) Regras de alocação de riscos;

c) Relação dos investimentos de responsabilidade do poder concedente, quando houver;

d) Mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

e) Índices de Qualidade de Serviço - IQS; e

f) Especificação da área patrimonial do aeródromo e dos bens da concessão.

III - estudo de viabilidade econômico-financeira, dispondo, no mínimo, sobre os seguintes aspectos:

a) Projeção da demanda de passageiros, carga e movimento de aeronaves;

b) Projeção das receitas tarifárias e não tarifárias;

c) Projeção das despesas;

d) Projeção dos investimentos; e

e) Fluxo de Caixa Livre, Taxa Interna de Retorno - TIR e Valor Presente Líquido - VPL.

§ 2º Os interessados poderão apresentar documentos distintos dos listados nas alíneas do inciso III do § 1º desde que devidamente justificado.

§ 3º Os Estados, Distrito Federal e Municípios que tiverem seus requerimentos de anuência prévia deferidos pela SAC-PR deverão apresentar, anualmente, até o dia 31 de março, plano para aplicação dos recursos derivados da concessão, em atendimento ao disposto no art. 13 do Decreto nº 7.624, de 2011.

Capítulo IV

DOS PLANOS DE OUTORGA ESPECÍFICOS

Art. 13. Com base nas análises pertinentes, conforme critérios deste PGO, a SAC-PR elaborará os Planos de Outorga Específicos - POE para cada aeródromo, indicando o modelo a ser adotado para a sua exploração.

Art. 14. A aprovação dos POE será formalizada mediante:

I - publicação de Portaria da SAC-PR, atribuindo à Infraero ou ao Comaer a exploração do aeródromo;

II - publicação de Portaria da SAC-PR, declarando que o aeródromo deverá ser explorado mediante concessão ou autorização, a ser conduzida pela ANAC, em procedimento próprio; ou

III - celebração de convênio com o Estado, Distrito Federal, ou Município interessado, por intermédio da SAC-PR.

Art. 15. A aprovação do POE não substitui nem dispensa as deliberações de outros órgãos ou entidades da administração pública necessárias à exploração do aeródromo, incluindo as do órgão responsável pelo controle do espaço aéreo, da ANAC, as de licenciamento ambiental e as relacionadas a requisitos de zoneamento, sem prejuízo de outras.

§ 1º A aprovação do POE não vincula a decisão da ANAC sobre a homologação do aeródromo.

§ 2º A aprovação do POE considerará as deficiências operacionais e de infraestrutura identificadas pelos órgãos reguladores e reportadas à SAC-PR.

Art. 16. No caso de aeródromos civis públicos com Zoneamento Civil/Militar, os POE aplicar-se-ão às áreas civis dos respectivos aeródromos.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Os instrumentos de delegação em vigor aplicáveis a cada aeródromo civil público permanecem vigentes, conforme seus termos, salvo quando aprovados novos POE.

Art. 18. Somente poderão ser homologados como aeródromos civis públicos pela ANAC aqueles que forem enquadrados em uma das hipóteses de exploração previstas neste PGO, por meio da aprovação de POE, observado o disposto no art. 21, do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011.

§ 1º As solicitações à ANAC de alteração cadastral e de reabertura ao tráfego somente poderão ser requeridas para aeródromos civis públicos que tenham o respectivo POE aprovado pela SAC-PR.

§ 2º A extinção do POE será comunicada à ANAC para que proceda a revogação da homologação de que trata o art. 30, § 1º, da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Art. 19. A SAC-PR regularizará a situação de aeródromos sem POE no prazo de até 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Durante o prazo do **caput** ou até efetivada a regularização desses aeródromos, a ANAC dará ciência à SAC-PR das solicitações de reabertura ao tráfego daqueles aeródromos interditados por descumprimento de requisitos técnicos, das solicitações de alteração cadastral daqueles que postularem alterações dos registros de características físicas e das ocorrências de interdição.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 116, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelos arts. 8º, incisos X e XLVI, 11, inciso V, e 47, inciso I, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e considerando o que consta do processo nº 00066.024561/2014-43, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 12 de agosto de 2014, decide:

Art. 1º Declarar a inaplicabilidade da Portaria nº 616/GM5, de 22 de junho de 1977, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 1977, Seção 1, página 8094.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.921, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo (CST) abaixo relacionados, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aereonaves	Data
2014S08-01	Parker Hannifin Corp. - EUA	SA1077GL (Replace existing nose wheel with Cleveland Nose Wheel P/N 40-204 by installing Parker Hannifin Conversion Kit No. 199-126).	Beechcraft modelos 65; A65; 65-80; 65-A80;65-B80;65-88; 65-90; 65-A90; 70; B90; C90; C90A; C90GT; C90GTi and E90.	07.08.2014
2014S08-02	GENEVA AVIATION, INC. - EUA	SR02301SE (Installation of Geneva Aviation 28 - 14 VDC Power Converter).	Airbus Helicopters modelos AS 350 B; AS 350 B1; AS 350 B2; AS 350 B3; AS 350 BA; EC 130 B4; EC 130 T2; AS 355 F; AS 355 F1; AS 355 F2; AS 355 N and AS 355 NP; Airbus Helicopters Deutschland GmbH modelos BO105 C; BO105 S; EC 135 P1; EC 135 T1; EC 135 P2; EC 135 T2; EC 135 P2+ and EC 135 T2+; Bell Helicopter Textron Canada modelos 206A; 206B; 206L-1; 206L-3; 206L-4 and 407.	08.08.2014

Art. 2º O inteiro teor das aprovações citadas acima se encontram disponíveis no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/certificacao/PST/index_pst.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ISHIKURA